

**Campo científico e campo político:  
coronelismo, ruralismo e agronomia na Bahia (1902-1930)**

Nilton de Almeida Araújo \*

**RESUMO:** Este texto propõe a necessidade de revisão de caracterizações convencionais na historiografia sobre “coronelismo” e “oligarquias” na política da Primeira República da Bahia, a partir de resultados sobre a história da institucionalização da agronomia como campo científico no período. Focando a Escola Agrícola da Bahia (EAB), o Boletim da Secretaria estadual de Agricultura e a revista Correio Agrícola (da Sociedade Baiana de Agricultura), e a atuação de naturalistas, engenheiros civis, cientistas e, em especial, de engenheiros agrônomos formados pela EAB nestes espaços, verifica-se a relação dialética entre campo científico e campo político, mediados por organizações da sociedade civil.

**PALAVRAS-CHAVE:** coronelismo, ruralismo, campo científico

**ABSTRACT:** This paper proposes the need to review conventional characterizations of the historiography about “Coronelism” and “oligarchies” in the policy of Bahia meanwhile “First Republic, from results on the history of the institutionalization of agricultural science as in the period. Focusing on the Agricultural School of Bahia (EAB), the Bulletin of the State Department of Agriculture and the magazine “Correio Agrícola” (Sociedade Baiana de Agricultura), and the work of naturalists, engineers, scientists and especially engineers trained agronomists in the EAB spaces, there is a dialectic relation between science and the political, mediated by civil society organizations.

**KEY-WORDS:** coronelism, ruralism, scientific Field.

Uma das mais conhecidas representações sobre a Bahia e seus coronéis foi proporcionada por Jorge Amado em seus romances. A opulência, reverência e truculência em torno destes personagens marcaram a memória coletiva através de romances, novelas e filmes, como outras mídias.

É possível falar ou pensar em ciências em tal ambiente? O que este estudo propõe é que historiar a institucionalização da agronomia na Bahia nas primeiras décadas do século XX pode contribuir não apenas se integrar aos estudos em curso sobre história das ciências no Brasil, mas trazer elementos para repensarmos a trajetória das “elites” e “oligarquias”.

O período republicano vem sendo caracterizado pela historiografia como um período em que os interesses dos grupos dominantes regionais tem maior acesso ao Estado, e em que

---

\* Universidade Federal do Vale do São Francisco.

no campo, desencadeia-se o fortalecimento do mandonismo local, do coronelismo (FRAGOSO, 1996: 168; FRAGOSO, SILVA, 1996: 213).

O coronelismo se configura, nesta quadra, como fenômeno ligado à formação de poderes locais sustentados por uma ampla clientela política, baseada em uma sociedade agrária marcada por profundas diferenciações econômicas e sociais, bem como por uma cidadania não plena refletida na baixa representatividade política, “e, talvez, ainda pela presença de relações não-capitalistas de produção – não inteiramente reguladas pelo mercado –, cuja reiteração coincide com a afirmação de relações de poder” (FRAGOSO, TEIXEIRA, 1996: 213).

Tal clientela do coronel era constituída por:

*um grande grupo de pessoas ligadas entre si por laços de parentesco, aliança (uniões matrimoniais que estabeleciam laços de parentesco entre as famílias) e compadrio (uniões entre padrinhos e afilhados – esse tipo de relação poderia ser tão estreito como as uniões de parentesco). (...) A parentela era simultaneamente um grupo de parentesco, com suas alianças, e um grupo de associados econômico-políticos. (FRAGOSO, TEIXEIRA, 1996: 214).*

De acordo com Eul-Soo Pang, as origens do coronelismo brasileiro estão na era colonial, tendo essa forma de poder político atingido a culminância entre 1850 e 1950. Estritamente, o termo “coronel” tem uma origem literal no posto militar originado das milícias coloniais do fim do século XVIII, ainda que predominantemente se pense que o título provém da Guarda Nacional. Geralmente donos de terras (senhor de engenho ou fazenda de gado), integrante da classe dominante agrária, também podiam ser “coronéis” membros de outros grupos sociais, tais como comerciantes, advogados médicos, burocratas, ou mesmo padres (PANG, 1979: 19).

O cerne do conceito de “coronelismo” para Pang, contudo, está menos na relação com os postos de comando da Guarda Nacional, e mais “com os aspectos sócio-políticos do monopólio do poder por parte das classes dominantes e auxiliares, nos regimes monárquico e republicano no Brasil”. Em suma, para este brasilianista o coronelismo corresponde ao “exercício do poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu *status*, de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas”, constituindo-se num “Estado informal” (PANG, 1979: 20).

Tendo em vista a atuação das “oligarquias”, especialmente durante as eleições na República Velha, Pang situa o controle dos coronéis como um fator decisivo para todas as

vitórias eleitorais no esquema da política dos governadores. Assim, caracteriza o controle eleitoral na região centro-sul através de formação de partidos fortes e estruturados, enquanto que no norte e extremo-oeste, “os partidos existiam e deixavam de existir, mas o verdadeiro baluarte político eram as oligarquias”, constituindo-se assim uma forma não-institucionalizada de coronelismo (PANG, 1979: 37) <sup>1</sup>.

Pang explica a ausência de partidos organizados na Bahia, no Ceará ou outros estados “menos desenvolvidos” por conta da ausência de atividades econômicas dinâmicas capazes de proporcionar fluxo de capital e trabalho, fosse de uma região para outra, ou da Europa para a América.

Acompanhando este viés explicativo, Consuelo Novais Sampaio, argumenta que a fraqueza da situação econômica das oligarquias baianas implicou em fraqueza política. A Bahia estava neste momento caracterizada “pela multiplicidade de pequenos núcleos de produção, internamente desarticulados e dependentes da intermediação externa” o que interditou a emergência de uma oligarquia hegemônica conforme se deu no Centro-Sul ou em estados do Nordeste como Pernambuco (Sampaio, 1999: 46).

A ausência de uma opinião pública, que pudesse exercer pressão sobre o sistema partidário fez da política baiana uma esfera restrita “ao pequeno universo das elites” (SAMPAIO, 1999: 54).

Destarte, os partidos eram criados ao sabor de interesses individuais. Estes partidos eram identificados pelos nomes dos chefes, que os rotulavam <sup>2</sup>:

*O P.R.B., por exemplo, fundado em 1901, era o partido eventualmente no poder. Severino Vieira era o governador do estado; em decorrência, o P.R.B. passou a ser identificado como partido severinista. O nome do chefe revigorava a agremiação política e conferia-lhe certa autenticidade. A partir da cisão de 1907, ninguém mais se referia ao P.R.B., mas tão-somente a severinista e marcelinistas. O Partido Republicano Democrata (P.R.D.), outro exemplo, era o partido de Seabra. Seus adeptos eram chamados de seabristas, e não de democratas. (Sampaio, 1999: 47).*

As “elites” da Bahia ficam caracterizadas como incapazes de elaborar e encampar um projeto coletivo de luta. Contudo, sem ignorar o personalismo que vigorava nas eleições para cargos executivos e para composição do legislativo, este quadro pode ser enriquecido observando-se uma esfera extraparlamentar.

A implantação da agronomia no estado pode apontar para a complexidade do processo de formação dos grupos dirigentes no Estado. O estudo da organização, expressão e difusão

---

<sup>1</sup> “Na região norte do país, somente após a ascensão de Vargas, em 1930, foi que o Estado ganhou alguma aceitação”. (Pang, 1979: 49).

<sup>2</sup> P.R.B. – Partido Republicano da Bahia. P.R.D. – Partido Republicano Democrata.

de demandas da Sociedade Baiana de Agricultura (SBA), associação rural criada em 1902 é o nosso ponto de partida. A SBA de 1902 a 1932 constituiu-se em uma agência que estruturou interesses e pressões oriundas da restrita sociedade civil baiana, engendrando uma matriz ideológica lastreada na agronomia.

Especialmente relevante em termos historiográficos é a presença neste canal paralelo ao jogo partidário local, de severinistas (seguidores do governador Severino Vieira, 1900-1904), calmonistas (partidários de Miguel Calmon, ministro de Viação, 1906-1909) e assim por diante, impõe que a problematização das relações entre saber e poder, sociedade civil e construção de hegemonia na Bahia precisam ser revistas.

Com sede na capital, Salvador, a SBA formou-se com a proposta de promover e animar o progresso agrícola no Estado da Bahia, ocupando-se da cultura do solo, criação pecuária, indústrias rurais, águas e florestas e “à agricultura em geral”. Entre seus sócios eram admitidos lavradores, criadores, e industriais rurais, bem como “pessoas notoriamente dedicadas à causa da agricultura”. Neste último caso tiveram atuação destacadas engenheiros agrônomos formados pela Escola Agrícola da Bahia (EAB), cientistas estrangeiros e engenheiros civis baianos.

O primeiro presidente da SBA foi o deputado federal Joaquim Ignácio Tosta, um dos últimos diretores do IIBA (Imperial Instituto Baiano de Agricultura, associação fundadora da EAB). Tosta foi autor de projetos na Câmara Federal na área de organização agrícolas como sindicatos, cooperativas e uma das lideranças em prol da recriação do Ministério da Agricultura, em 1906 (MENDONÇA, 1997).

Tosta fora figura de proa durante o Primeiro Comício Baiano de Agricultura (fevereiro de 1902), evento em que se manifestou a idéia da fundação da SBA. Na seqüência, Tosta presidiu a Comissão Executiva da I Conferência Açucareira, também realizada em Salvador, com o patrocínio da Sociedade Nacional de Agricultura (Correio Agrícola, 1926; 10: 300).

A SBA é criada quando está em curso um movimento político de caráter nacional efetivo liderado pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), numa trajetória em que paulatinamente engendrou capacidade de influir na configuração das políticas públicas agrícolas brasileiras. A SNA, entidade da sociedade civil com sede na cidade do Rio de Janeiro, congregou por meio deste movimento frações da classe dominante vinculados à agricultura de estados menos dinâmicos economicamente na República Velha, no que Sonia Mendonça definiu como “ruralismo brasileiro” (MENDONÇA, 1997: 45).

O “ruralismo brasileiro” representou uma atuação organizativa dos proprietários rurais fosse na esfera da propaganda e formação de opinião no seio da classe dominante, fosse como

de órgão de consulta e prestação de serviços aos associados, fosse também instrumento de pressão política junto aos poderes constituídos (MENDONÇA, 1997: 50).

O “ruralismo baiano” galvanizado pela SBA também buscou incorporar suas demandas e agentes no aparelho de Estado. Governadores a exemplo de Severino Vieira (1900-1904), José Marcelino de Souza (1905-1908), Francisco Marques de Góes Calmon (1924-1928), Vital Soares (1928-1930), ou secretários de agricultura como Miguel Calmon (1902-1906) e Austricliano Honório de Carvalho (1924-1928) foram seus diretores e/ou sócios<sup>3</sup>.

As relações entre campo político e campo científico tornam-se mais evidentes observando-se, simultaneamente ao surgimento da SBA, a criação do Boletim da Agricultura, periódico publicado pela Secretaria de Agricultura do governo do estado da Bahia.

No início da publicação do Boletim da Agricultura (BOLSEAGRIBA), há a presença de engenheiros agrônomos formados pela EAB na direção de órgãos da Secretaria de Agricultura da Bahia como João Silveira (formado em 1897), diretor do Campo Prático de Viticultura no Juazeiro, e que também realizava levantamentos sobre a climatologia local. Júlio Alves Requião (turma de 1898) após longo trabalho no Serviço Meteorológico, dirigiu o Campo de Experiências Antonio Moniz em Ondina (Salvador), na década de 1920, publicando também no BOLSEAGRIBA as atividades realizadas.

No BOLSEAGRIBA é possível reconstituir um esforço contínuo de formulação de uma política científica e tecnológica para a agricultura pelo governo do Estado, e a EAB reformulada como Instituto Agrícola da Bahia (IAB) dentro deste plano teria papel de principal espaço para o desenvolvimento de pesquisa e vulgarização do conhecimento agrônomo. A sistematização desta política científica e tecnológica constitui-se nos Decretos 291A, e 292A, criando respectivamente em 1905 o “Ensino Profissional Agrícola” e o Instituto Agrícola da Bahia<sup>4</sup>. Cabe salientar que estes planos foram engendrados durante a gestão de Miguel Calmon, fundador da SBA e um dos principais diretores da SNA, encontrava-se à frente da Secretaria de Agricultura. É importante salientar também que, caso raro, independentemente de ter sido nomeado por Severino Vieira em 1902, seguiu como seu titular após o período severinista, sendo Secretário também de José Marcelino, saindo apenas para tornar-se ministro de Viação e Obras Públicas em 1906, ficando à frente desta pasta ministerial até sua transformação em Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), em 1909.

---

<sup>3</sup> “Sócios da Sociedade Baiana de Agricultura” em *Correio Agrícola*. 1928; 11-12: 285-290.

<sup>4</sup> BOLSEAGRIBA 1905; 1-3 (1-3): 1-47.

Assim, no momento em que a Secretaria de Agricultura assina contrato com um fitopatologista e entomologista suíço, Leo Zehntner, para dirigir o IAB, em 1906, um amplo e detalhado plano para a modernização da agricultura no estado, definindo pormenorizadamente que atividades seriam realizadas e sua organização, encontrava-se sistematizado há mais de um ano.

Leo Zehntner foi um dos principais articulistas do Boletim da Secretaria de Agricultura da Bahia até 1911<sup>5</sup>, além de ter seus méritos mencionados ao longo da existência do periódico. O IAB também proporcionou contribuição ao BOLSEAGRIBA através de textos dos professores do Silvério Guimarães (engenheiro agrônomo) e, principalmente, Argollo Ferrão (engenheiro civil)<sup>6</sup>. Esta convergência entre Zehntner e os professores da Escola, contudo, só se deu por este espaço comum de publicação. No mais, as divergências internas ao IAB marcaram sua trajetória<sup>7</sup>.

Entrementes, a SEAGRIBA e seu periódico seguiram com o desenvolvimento, ainda que repleto de vicissitudes, como espaços para a atividade científica. Ao lado de reprodução de extratos de periódicos nacionais e internacionais, e da publicação de dados estatísticos sobre exportação, importação e cotação de produtos primários – especialmente açúcar, tabaco e cacau, o BOLSEAGRIBA traz ofícios, relatórios e outros textos produzidos pelas Delegacias de Terras, órgãos dirigidos majoritariamente por engenheiros agrônomos da EAB ou engenheiros civis formados pela Escola Politécnica da Bahia.

Outro estrangeiro de importância na institucionalização da agronomia na Bahia foi Gregório Bondar. Preso pela polícia do czar por fazer propaganda política subversiva em 1905, foge em 1906 pelo norte da China, diploma-se agrônomo no Instituto Agrícola da Universidade de Nancy (França), trabalha no Instituto Agrônomo de Campinas (1911-1913)

---

<sup>5</sup> Zehntner publicou no BOLSEAGRIBA: “Notas de viagem” (janeiro a junho e julho a dezembro de 1907, Vol.IX-X), “Fumo”, “Gado enviado para o cruzamento com os touros do Instituto” (julho a setembro de 1909, Vol.XIV), “Relatório do Dr. Leo Zehntner, ex-diretor da Escola Agrícola sobre uma excursão feita na zona cacauzeira”, “Relatório do Sr. Dr. Leo Zehntner apresentado ao Secretário do Estado sobre os estudos da Maniçoba em Vila Nova e observações outras sobre a questão da borracha na Bahia” (janeiro a junho e julho a dezembro de 1911, Vol. XVII-XVIII).

<sup>6</sup> As publicações de Argollo Ferrão no período foram “Monografias agrícolas e Piassaveira” (janeiro a junho e julho a dezembro de 1904); “O carbúnculo em Jequié” (janeiro a março de 1905); “Um caso de osteoclastia” (abril a junho de 1908). Silvério Guimarães publicou “Estudo Fisiológico das nodosidades dos tomateiros” e “Estudo Politécnico” (janeiro a junho e julho a dezembro de 1904); “O Olito Ferruginoso” e “Lavoura seca” (janeiro a junho e julho a dezembro de 1907); “Cultura do fumo – Seu preparo” (julho a setembro de 1908); “A Cultura do Fumo” (outubro a dezembro de 1908).

<sup>7</sup> Sobre as alianças de conflitos de Zehntner com os professores da Escola Agrícola no IAB Cf. ARAÚJO, N.A. *A Escola Agrícola de São Bento das Lages e a institucionalização da agronomia no Brasil (1877-1930)*. Salvador: UFBA, Feira de Santana: UEFB, 2006 (dissertação de mestrado), especialmente o capítulo “O Instituto Agrícola da Bahia: ensino e pesquisa ou ensino vs pesquisa? (1905-1910)”.

e na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (1913-1916), volta à Rússia, é novamente preso, liberto pelos bolcheviques, depois aprisionado pelos mesmos bolcheviques, escapa da prisão em 1920, fixando-se na Bahia em 1921 (SILVA FILHO, 1981: 18-19).

Bondar, como entomologista e fitopatologista da SEAGRIBA de 1921 a 1932, simultaneamente foi membro ativo da SBA, publicou regularmente seja no BOLSEAGRIBA, seja na revista da SBA, o *Correio Agrícola*. Entre suas contribuições, a par das investigações no campo das doenças dos vegetais culturais e das pragas, foi a produção de farta iconografia, tanto em desenhos como em fotografias feitos pelo próprio Bondar, abrindo e consolidando o uso intensivo de imagens nas publicações agronômicas do período.

Mas, tal e qual Zehntner, ao desembarcar na Bahia não encontrou um vazio institucional. Além da primeira escola superior de agricultura do país, diplomando engenheiros agrônomos há quase meio século, e de uma das primeiras secretarias estaduais de agricultura do país, criada em 1896 e seu respectivo boletim, engajou-se numa associação que representava uma terceira geração de associações agrícolas representada pela SBA.

Antecedida pela Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia (1832-1836) e do Imperial Instituto Baiano de Agricultura (IIBA, 1859-1902), a SBA foi espaço de articulação de membros das famílias Calmon, Argollo Ferrão, Teive e Argolo, Costa Pinto, Araújo Pinho, Tosta, Pires de Carvalho e Albuquerque, Aragão Bulcão, Muniz Barreto, Souza Bahiana, entre outras engajadas no circuito agromercantil do Recôncavo Baiano. No momento em que a SBA lança sua revista *Correio Agrícola*, pouco depois da chegada de Bondar, é incontestavelmente no cacau que se achava a salvação da lavoura, ou pelo menos dos cofres estaduais.

Eram autores de textos do *Correio*, especialmente, os engenheiros agrônomos formados pela Escola Agrícola da Bahia (EAB). Estes articulistas produziram em seus textos um consenso sobre o papel relevante do ensino agrícola, e, por conseguinte, de sua função de profissionais respaldados cientificamente para direcionar a difusão desta ciência agrícola, engajando-se em um resgate não apenas material, mas “moral” da lavoura e da nação, conquanto sob esta lavoura fosse o fundamento da prosperidade e bem estar do Brasil<sup>8</sup>, numa manobra simultaneamente simbólica e política.

As estratégias da SBA expostas no *Correio Agrícola* indicam uma convergência com as linhas de ação da SNA. Em suas Assembléias Gerais, por exemplo, a SBA ergueu bandeiras como a diversificação produtiva, o associativismo, a difusão do ensino técnico e da

---

<sup>8</sup> Sobre a institucionalização da agronomia e do ensino agrônomo no Brasil: ARAÚJO, 2006; OLIVER, 2005; MENDONÇA, 1998; TEMPERINI, 2003; CAPDEVILLE, 1991; TOURINHO, 1982.

mecanização, modernizando a “agro-pecuária” e a relevância e eficácia da pequena propriedade, a fim de fixar os trabalhadores no campo. O debate em torno das noções de “atraso” e a “rotina” na lavoura baiana, e mais precisamente a luta “entre a dita rotina e a ciência” constituíram um dos principais temas.

Destarte, o que este estudo ora vem sugerir para o estudo da Primeira República na Bahia é que para além da oposição entre o esvaziamento da esfera pública em detrimento do âmbito privado, ou vice-versa, é possível identificar no ruralismo brasileiro e baiano a constituição de um movimento que se organiza e busca implementar seus interesses e propostas junto ao aparelho de Estado no sentido estrito, e junto à sociedade civil em formação.

No que diz respeito particularmente à Bahia, a EAB, a SEAGRIBA e a SBA formaram a nosso ver um campo científico (BOURDIEU, 2004), na medida em que foram agências responsáveis pela produção, reprodução e circulação da agronomia no período indicado, revelando um campo político mais conflituoso, rico, e consistente do que usualmente se registra historiograficamente. Por meio da agronomia delineamos uma continuidade considerável de uma fração de classe dominante consorciar ciência e produção econômica, engendrando um capital político a partir do controle de agências do campo científico, fazendo-se grupo não só dominante, mas dirigente do Estado (GRAMSCI, 2000), ao tempo em que o campo científico penetrava e dava nova configuração à política baiana, evidenciando a atividade científica não apenas como produto, mas produtora de estruturas e processos sociais mais gerais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, N. A. *A Escola Agrícola de São Bento das Lages e a institucionalização da agronomia no Brasil (1877-1930)*. Salvador: UFBA, Feira de Santana: UEFS, 2006 (dissertação de mestrado).

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*/ tradução Denice Bárbara Catani. – São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

CAPDEVILLE, Guy. *O ensino superior agrícola no Brasil* – Viçosa, UFV, Impr. Univ. 1991.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere volume 3. Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política*./edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVER, Graciela de Souza. *O papel das escolas superiores de agricultura na institucionalização das ciências agrícolas no Brasil, 1930-1950: práticas acadêmicas, currículos e formação profissional*. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias (1889-1934): A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.

SILVA FILHO, José Tavares da, NOMURA, Hitochi. *Gregório Gregorievitch Bondar (1881-1959)*. Salvador: Instituto do Cacau da Bahia, 1981.

TEMPERINI, Rosana Soares de Lima *O Sertão vai virar Campo: análise de um periódico agrícola (1930-1937)* / Rosana Soares de Lima Temperini. - Rio de Janeiro: 2003.